

Direitos Humanos nos Cursos Técnicos de Nível Médio: o que dizem as pesquisas na Pós-Graduação *Stricto Sensu* brasileira

Roberta Pasqualli*, Neiva Teresinha Borges Petersohn** e Josimar de Aparecido Vieira***

Resumo

Promover a educação em Direitos Humanos é, essencialmente, possibilitar a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana por meio da promoção e vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é catalogar o que dizem as pesquisas realizadas na Pós-Graduação *Stricto Sensu* brasileira acerca dos Direitos Humanos nos Cursos Técnicos de Nível Médio entre os anos de 2008 a 2022. O estudo foi constituído a partir da catalogação e da análise das teses e dissertações disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Trata-se de uma pesquisa de natureza básica com abordagem qualitativa. Quanto aos seus objetivos, é classificada como exploratória e descritiva com procedimentos técnicos documental e bibliográfico. Conclui-se, ressaltando a relevância da temática dos Direitos Humanos a qual pugna-se que seja incluída como componente curricular dos variados níveis de ensino e cursos nacionais, tendo em vista que a educação em Direitos Humanos promove uma educação plural, inclusiva e democrática.

Palavras-chave: direitos humanos; cursos técnicos de nível médio; Educação profissional e tecnológica.

Human Rights in High School Technical Courses: what researches say in the Brazilian *Stricto Sensu* Post-Graduation

Abstract

Promoting education in Human Rights is, essentially, enabling the formation of a culture of respect for human dignity through the promotion and living of the values of freedom, justice, equality, solidarity, cooperation, tolerance and peace. In this sense, the objective of this study is to catalog what the researches carried out in the Brazilian *Stricto Sensu* Post-Graduation say about human rights in Technical Courses of Medium Level between the years 2008 to 2022. The study was constituted from the cataloging and analysis of theses and dissertations available in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). This is a basic research with a qualitative approach. As for its objectives, it is classified as exploratory and descriptive with documental and bibliographic technical procedures. It concludes by emphasizing the relevance of the theme of Human Rights, which it is argued to be included as a curricular component of the various levels of education and national courses, bearing in mind that education in Human Rights promotes a plural, inclusive and democratic education.

Keywords: human rights; intermediate level technical courses; Professional and technological education.

* Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8293-033X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6932842326580345> E-mail: roberta.pasqualli@ifsc.edu.br.

** Licenciada em Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL). Monitora da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3091-4589>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2132093668861504>. E-mail: neivaborges@terra.com.br.

*** Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3156-8590>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0521946218695103>. E-mail: josimar.vieira@sertao.ifrs.edu.br

Derechos Humanos en los Cursos Técnicos de Enseñanza Media: lo que dicen las investigaciones en el Posgrado Stricto Sensu Brasileño

Resumen

Promover la educación en Derechos Humanos es, en esencia, posibilitar la formación de una cultura de respeto a la dignidad humana a través de la promoción y vivencia de los valores de libertad, justicia, igualdad, solidaridad, cooperación, tolerancia y paz. En ese sentido, el objetivo de este estudio es catalogar lo que dicen las investigaciones realizadas en el Posgrado Stricto Sensu brasileño sobre los derechos humanos en Cursos Técnicos de Nivel Medio entre los años 2008 a 2022. El estudio se constituyó a partir de la catalogación y análisis de tesis y disertaciones disponibles en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD). Se trata de una investigación básica con un enfoque cualitativo. En cuanto a sus objetivos, se clasifica en exploratorio y descriptivo con procedimientos técnicos documentales y bibliográficos. Se concluye destacando la relevancia del tema de los Derechos Humanos, que se argumenta para ser incluido como componente curricular de los diversos niveles de enseñanza y cursos nacionales, teniendo en cuenta que la educación en Derechos Humanos promueve una educación plural, inclusiva y democrática.

Palabras clave: derechos humanos; cursos técnicos de nivel medio; Educación profesional y tecnológica.

INTRODUÇÃO

Acredita-se que promover a educação em Direitos Humanos é, essencialmente, possibilitar a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana por meio da promoção e vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Nesta direção, essa pesquisa tem como objetivo investigar o que dizem as produções acadêmicas/científicas realizadas na Pós-Graduação *Stricto Sensu* brasileira sobre Direitos Humanos, retratando, mais especificamente, os Cursos Técnicos de Nível Médio. A análise temporal foi delimitada entre 2008 a 2022, tendo como referencial de dados a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Tal escolha temporal se deu em função do ano de 2008 ser o ano de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), local que abriga boa parte dos Cursos Técnicos de Nível Médio brasileiro. (MEC. 2022).

Inicialmente, parte-se da hipótese de que o conhecimento e o respeito aos Direitos Humanos interessam a todas as áreas profissionais e sociais. Entende-se que a cultura dos Direitos Humanos deve dialogar permanentemente com todas as áreas do saber e, especificamente, com a EPT, haja vista que a educação formal pretende o desenvolvimento da pessoa humana em sua integralidade.

Conceitualmente, os Direitos Humanos são direitos naturais, universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. Ou seja, são inerentes a todos os seres humanos, independentemente da raça, sexo, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição.

São, ainda, características atribuídas aos Direitos Humanos: a inviolabilidade, imprescritibilidade, inalienabilidade e a irrenunciabilidade.

A Consolidação dos Direitos Humanos deu-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, após a segunda Guerra Mundial. Teve, com objetivo segurar garantias jurídicas universais que protejam os indivíduos e grupos contra ações ou omissões dos governos que atentem contra a dignidade humana.

Por sua vez, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu, em seu primeiro artigo, que o Brasil constitui-se em um Estado Democrático de Direito e tem por fundamentos o princípio da dignidade da pessoa humana e da cidadania. Ainda, o Estado Brasileiro é signatário de um conjunto de convenções internacionais de Direitos Humanos, prevendo a incorporação ao direito interno das normas decorrentes de tratados internacionais ratificados pelo país. Assumindo, por conseguinte, as obrigações de ação e não omissão quanto aos Direitos Humanos.

Assim, tecidas essas linhas iniciais, reitera-se o valor da educação com o propósito de garantir “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

Neste sentido, reitera-se o objetivo geral deste trabalho que é investigar o que dizem as produções acadêmicas/científicas realizadas na Pós-Graduação *Stricto Sensu* brasileira sobre Direitos Humanos, retratando, mais especificamente, os Cursos Técnicos de Nível Médio. O texto, aqui apresentado, está dividido da seguinte maneira: após as considerações iniciais encontra-se a fundamentação teórica privilegiada. Na sequência está delineada metodologia utilizada para a realização dessa pesquisa e, logo após, apresentam-se os achados da pesquisa e as discussões empreendidas. Por fim, foram tecidas algumas considerações finais sobre a pesquisa e apresentadas às referências utilizadas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No contexto da fundamentação dos Direitos Humanos, a dignidade humana representa a marca da humanidade diante da barbárie. Para Barreto a dignidade se apresenta como:

Um qualificativo do gênero humano que torna possível identificar todos os homens como pertencentes e um mesmo gênero [...]. Os humanos são assim

considerados porque todos são dotados de uma mesma dignidade, que é critério último de reconhecimento (em cada pessoa reside, portanto, a humanidade, que se constitui no objeto de respeito a ser exigido de todos os outros homens) (Barreto, 2010, p. 61).

Entende-se a dignidade humana, como princípio, constitui-se na origem legitimadora dos demais direitos fundamentais, conforme lições de Bragato (2006, p. 06), “[...] a pertença à família humana é a *conditio sine qua non* para a titularidade e o gozo dos direitos humanos”. Um dos grandes pensadores que se debruçou sobre a temática da dignidade humana foi o filósofo Immanuel Kant (2006) para quem, o fundamento da dignidade da pessoa humana era baseado na autonomia da vontade. Ou seja, a faculdade de deliberar-se, que só o ser humano tem, enquanto ser racional que para ser livre deve ponderar entre a faceta moral e a natural.

Pelo critério moral, o indivíduo deve criar as suas próprias normas e impô-las a si mesmo; por um lado, a faceta natural mostra ao indivíduo que ele está a mercê da natureza das suas paixões e vicissitudes e, é aí que surge o dever como forma de sustentar a moral.

Registra-se que, para Kant (2006), a razão humana é a legitimadora capaz de elaborar normas universais, as quais teriam origem na razão, ou seja, há um imperativo categórico que representa uma ação objetiva como necessária, isto é, há uma máxima universal formulada pelo filósofo qual seja: “age segundo a máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal” (Kant, 2006, p. 51). Do mencionado imperativo, depreende-se que devem derivar os demais imperativos do dever e, origina a fórmula moral que corresponde a dignidade humana; assim: “Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa, como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como um fim e nunca simplesmente como um meio” (Kant, 2006, p. 59).

Para entender melhor o sentido dos Direitos Humanos, novamente cita-se Bragato:

Os direitos humanos resultam – e, simultaneamente, são motivados – no reconhecimento do outro como fim em si mesmo, justamente porque aquilo que os seres humanos têm de igual lhes confere autoconsciência e autonomia, tornando inaceitável que uns gozem direitos básicos, enquanto outros são submetidos à escravidão, à tortura, à fome ou qualquer outra forma degradante, por motivos de classe, cor, religião, economia, etc. (Bragato, 2006, p. 08).

Pondera-se, portanto, que o legislador, ao colocar a dignidade humana como norte na temática Constitucional, impõe relações mais humanas voltadas ao bem-estar geral. Logo, conforme Martins:

Com efeito, a Constituição Federal de 1988 representa para a ordem jurídica brasileira um marco de ruptura e superação dos padrões até então vigentes no que se refere a defesa – e principalmente – promoção da dignidade da pessoa humana. O constituinte não se preocupou apenas com a positivação deste ‘valor fonte’ do pensamento ocidental, buscou acima de tudo estruturar a dignidade da pessoa humana de forma a lhe atribuir plena normatividade, projetando-a por todo sistema político, jurídico e social instituído. Não por acaso atribui ao princípio a função de base, alicerce, fundamento mesmo da República e do Estado Democrático de Direito em que ela se constitui: um princípio fundamental. (Martins, 2006, p. 51).

Por sua vez, a Educação Profissional Científica (EPT) foi instituída em 29 de dezembro de 2008 pela Lei nº 11.892, a qual criou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT), originando os Institutos Federais de Educação, Científica e Tecnológica (IFs). Os IFs têm como foco a promoção da justiça social, equidade, competitividade econômica e produção de novas tecnologias. É importante ressaltar que os IFs atuam em todos os níveis e modalidades da EPT, comprometidos com o desenvolvimento integral e a emancipação do cidadão.

Reitera-se que a perspectiva formativo-pedagógica dos IFs pretende contribuir para uma formação integral, a qual contemple as múltiplas capacidades do indivíduo, quais sejam: trabalhar, atuar coletivamente e ainda agir de forma autônoma sobre a realidade. Neste ínterim, os objetivos da EPT estão imbricados com os princípios da educação em Direitos Humanos, permitindo uma reflexão crítica sobre a sociedade, perspectiva fundamental no processo de formação educativa e profissional.

Assim, para vislumbrar o que as produções acadêmicas têm apresentado a respeito do tema Direitos Humanos e EPT, fez-se a catalogação e a análise do teor das mesmas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando seu objetivo, esse estudo se caracterizou como pesquisa de natureza básica que, para Gil (2010), aglutina estudos que têm como objetivo completar uma lacuna no conhecimento.

A forma de abordagem da pesquisa se orienta nos estudos de Minayo (2002, p. 21), que trata a pesquisa qualitativa como uma pesquisa que “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo

das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Essa pesquisa é classificada, de acordo com seus objetivos, como exploratória e descritiva. As pesquisas exploratórias, para Prodanov e Freitas (2013, p. 53), assumem, em geral, “as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso. É um levantamento bibliográfico sobre o assunto”. A pesquisa descritiva, para Gil (2008) busca apresentar a temática, com o objetivo de torná-la mais compreensível e, também, apresentar uma descrição mais detalhada de suas características.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é bibliográfica e documental. Para Gil (2010, p. 44), por pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

A pesquisa documental é um tipo de pesquisa que utiliza fontes primárias, isto é, dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente. “A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc”. (Fonseca, 2002, p. 32).

Assim, tendo os pressupostos teóricos da pesquisa apresentados anteriormente, foram realizadas buscas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), com o recorte temporal de 14 anos, ou seja, de 2008 até 2022.

Na BDTD, os descritores utilizados foram “direitos humanos” *and* “educação profissional e tecnológica”. Este banco de dados tem como objetivo integrar, em um único portal, os sistemas de informação de teses e dissertações existentes no país e disponibilizar para os usuários um catálogo nacional de teses e dissertações em texto integral, possibilitando uma forma única de busca e acesso a esses documentos, sendo uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil.

É sobre o desenvolvimento desta metodologia no contexto da pesquisa que a sequência do texto versa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao iniciar a busca na BDTD, foi trabalhada a combinação de descritores que se aproximassem da temática em estudo e, desta forma, os termos de busca foram “direitos

humanos” and “educação profissional e tecnológica”. Desta pesquisa originaram-se 296 produções acadêmicas entre teses e dissertações.

Para este estudo, foi realizado um recorte utilizando pesquisas com objetos mais condizentes com o tema proposto, que é os Direitos Humanos nos Cursos Técnicos de Nível Médio. Para a seleção, todos os textos foram lidos a partir do título, seguido pelo resumo e, quando necessário, pelos objetivos e procedimentos metodológicos.

No quadro 1, apresentado na sequência, segue registro das produções catalogadas da BDTD.

Quadro 1: Produção acadêmica sobre Direitos Humanos e Educação Profissional e Tecnológica 2008 a 2022 no BDTD

Título	Autor	Instituição/ Ano
Política institucional de educação inclusiva de adultos com deficiência no IFSUL Pelotas	Silvia Ana Crochemore Bettin	UFPEL/2009 D.
Educação básica e educação profissional do trabalhador jovem e adulto: desafios da integração	Marcelina Teruko Fuji Maschio	UNESP/2011 T.
O PROEJA no IFPB Campus João Pessoa: um estudo sobre o acesso e a permanência do alunado	Zoraida Almeida de Andrade Arruda	UFPB/2012 D.
Estudantes surdos no PROEJA: o que nos contam as narrativas sobre os seus percursos	Aline de Menezes Bregonci	UFES/2012 D.
O processo de inclusão/exclusão sob o olhar dos alunos que ingressaram no IFSUL – Campus Pelotas através da isenção da taxa de inscrição do processo Seletivo (2008 2011)	Sonia Amara Pereira Fabres	UFPEL/ 2013 D.
Implicações do ensino médio integrado para a formação do trabalhador: uma análise IFMA Campus Monte Castelo	Pedrosa, Elinete Maria Pinto	UFMA/2013 D.
Educação em Direitos Humanos no olhar do corpo discente de nível médio do IFPI – Campus Teresina Central	Neila Marta de Sá	UNISINOS/2014 D.
O PROEJA ensino médio no IFRN, Campus Caicó: causa da desistência e motivos de permanência	Débora Suzane de Araujo Faria	UFRN/2014 D.
Práticas educativas dialógicas como reconceituar a educação de jovens e adultos	Darinêz de Lima Conceição	UFPA/2016 T.
Do direito à educação: o núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas e a inclusão escolar no IFES	<u>Sanandreia Torezani Perinni</u>	UFES/2017 T.

Os processos de acesso e permanência nos cursos PROEJA do IFRJ: entre percalços, demandas e potencialidades	Jupter Martins de Abreu Júnior	UERJ/2017 T.
O movimento constitutivo do currículo da educação profissional integrado à educação de jovens e adultos: uma proposta emancipatória no IFB Campus Gama	Márcia Castilho de Sales	UNB/2018 T.
Educação e cidadania como direitos fundamentais: reflexões sobre a formação para a cidadania no IFCE, Campus Cedro	José Augusto de Araújo Filho	EST/2018 D.
Formação profissional da pessoa com deficiência: uma experiência da Escola Técnica Federal de Sergipe	José Adelmo Menezes de Oliveira	UFSE/2018 T.
Dignidade da pessoa humana: PROEJA IFRJ e direito à educação	Aline Cristina de Lima Dantas	UERJ/2018 T.
Educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação de jovens e adultos: uma reflexão sobre a prática pedagógica docente	Tayna Bento de Souza Duarte	IFAM/2019 D.
A opinião dos alunos sobre o ensino médio integrado em Administração do Instituto Federal de São Paulo/ Campus Suzano	Maria Aparecida Bueno Ferreira	PUCSP/2019 D.
Gênero e diversidade sexual: as experiências de estudantes LGBTI+ na educação profissional e os desafios no mundo do trabalho	Johana de Angelis Cavalcanti de Moraes	IFPE/2020 D.
A atualidade da educação em direitos humanos para uma formação cidadã na educação profissional e tecnológica	Maria Júlia Callegaro Valente	UFSM/2021 D.
A política de EJA EPT no CTISM: um estudo sobre as transformações vivenciadas na e para além da pandemia	Shirley Bernardes Winter	UFSM/2021 D.

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Ao analisar os estudos compilados, percebeu-se que poucos trabalhos versavam, especificamente, sobre a temática interessada. Registra-se que vários trabalhos tratavam sobre gestão e administração pública, o qual não era o foco deste estudo.

Sobre Direitos Humanos e EPT encontrou-se vinte ocorrências, as quais tratavam de Ensino Técnico em Nível Médio. Sobre a importância e relevância da educação formal para a divulgação e legitimação dos direitos humanos apoia-se nas palavras de Valente (2021, p. 31):

Ainda que a educação sozinha não seja suficiente, a escola é fundamental, pois legitima o conhecimento. Embora nesse espaço seja também possível a

reprodução das relações de classe, faz-se necessária extrema atenção a que modelo estamos reforçando e legitimando. Por caracterizar espaço de poder e cultura, a escola é potencial caracterizadora na formação e construção de uma sociedade crítica. Por isso, a educação em direitos humanos é fundamental e necessita estar presente nas instituições de educação, para que ocorram maiores mudanças e transformações sociais, estas necessárias para o convívio mais justo e igualitário.

Falar sobre Direitos Humanos é, necessariamente, falar sobre dignidade humana e, nesse sentido, Dantas (2018, p. 68), em sua tese, “Dignidade da pessoa humana: PROEJA IFRJ direito à educação”, defende que promover a dignidade é garantir políticas públicas que vá além da garantia das necessidades básicas, assim:

A garantia de condições básicas de vida, considerando necessidades humanas como necessidades sociais, vai além de condições vitais, no sentido da fisiologia, porque compreende igualmente condições de ordem sociocultural, como a educação. Condições estas que extrapolam a proteção da dignidade, mas que visam assegurar uma base para a inserção social dos indivíduos. Mesmo diante da complexidade de precisar quais as necessidades imprescindíveis a todos, devido a variações culturais do que cada sociedade estabelece como bem valorizado, parece-me inquestionável que a educação constitui uma necessidade social. (Dantas, 2018, p. 68).

Neste sentido, pugna-se por educação básica e em nível técnico profissionalizante de qualidade, promovendo um novo trabalhador como olhar crítico e emancipado, politicamente preocupado com a sociedade local. Neste íterim, cabe citar posicionamento de Pedrosa (2013), em sua tese intitulada “Implicações do ensino médio integrado para a formação do trabalhador: uma análise IFMA Campus Monte Castelo” (2013, p. 43):

Portanto, é explícita a relevância e o papel da Educação Profissional na realidade de hoje e, enquanto modalidade educacional integra um contexto de tensões, avanços e limites de uma educação que contempla, também, a formação ou qualificação para o trabalho, de forma integrada, objeto dessa investigação, possibilitando, portanto, aos cidadãos o direito ao acesso dos conhecimentos científico-tecnológicos, onde eles, trabalhadores, homens e mulheres, jovens e adultos, possam ter como pressupostos e fundamentos no seu fazer o trabalho, como princípio educativo; a pesquisa, como princípio pedagógico, a ciência, a tecnologia e a cultura imprescindíveis para a consolidação da teoria e da prática.

Com o fito de ilustrar o artigo, se explanará acerca dos trabalhos estudados, registrando objetivos, sujeitos analisados e resultados encontrados. Neste íterim, segue sucinta, todavia, representativa exposição dos trabalhos citados anteriormente.

A Dissertação “A atualidade da educação em direitos humanos para uma formação cidadã na educação profissional e tecnológica”, de Maria Júlia Callegaro Valente, buscou entender como se desenvolve uma educação em Direitos Humanos no campo da EPT, tendo como base o Colégio Técnico Industrial de Santa Maria. Registra-se que este trabalho empreendeu um diálogo entre educação humanizadora e cidadania emancipadora.

Os resultados deste estudo demonstraram que a discussão acerca dos Direitos Humanos merece reflexão uma vez que se notificou pouco engajamento dos docentes na resposta a pesquisa. Constatando-se, ademais, que o tema merece espaço específico e professores com formações adequadas ao desenvolvimento de profissionais com capacidades técnicas e humanas, capazes de contribuir com uma sociedade plural e complexa.

Por sua vez, a tese “A dignidade da pessoa humana: PROEJA IFRJ e direito à educação”, de Aline Cristina de Lima Dantas, analisou as estratégias e práticas desenvolvidas em prol da educação de jovens e adultos no ensino médio técnico. Para tanto, procurou elementos que demonstrassem a efetivação do direito a educação destes educandos. A pesquisadora provocou reflexões de que os direitos demandam políticas públicas a sua real efetivação.

Esta pesquisa investigou tanto a atuação dos sujeitos executores das políticas quanto os sujeitos atendidos e pretendeu compreender a dinâmica da oferta fática do direito a educação de maneira abrangente, tendo como base teórica o princípio da dignidade humana. A partir de sua investigação, defendeu a educação básica e a EPT, como mínimo existencial, indispensáveis a experiência laboral e social de encontrar o seu lugar na sociedade.

“Do direito à educação: o núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas e a inclusão escolar no IFES”, tese de Sanandrea Torezani Perinni, defendida em 2017, investigou as ações que contribuem para assegurar o acesso, permanência, participação e aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais específicas na educação integrada ao ensino médio.

Como conclusão, a autora constatou que a política do Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (TEC NEP) de inclusão na RFEPCT vai ao encontro da proposta de educação pública federal a qual favorece a melhoria das condições de vida de grupos em desvantagem social e que reconhece, na diversidade, uma forma de contribuir para o efetivo exercício de cidadania para os segmentos da sociedade.

A dissertação “Educação em Direitos Humanos no olhar do corpo discente de nível médio do IFPI – Campus Teresina Central”, defendida por Neila Marta de Sá, em 2014, objetivou compreender os significados que os educandos dos Cursos Técnicos de Nível Médio na modalidade integrada atribuem aos Direitos Humanos em relação à educação em Direitos Humanos oferecida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.

A conclusão ao qual chegou é que o processo de construção do reconhecimento dos Direitos Humanos está associado a questões político-sociais as quais atravessam um momento preocupante devido à modalidade de gestão pública de “Estado mínimo”, ocasionando um enfraquecimento dos Direitos Humanos no âmbito dos direitos econômicos, sociais e culturais na sociedade brasileira hodierna.

Também, chama atenção o trabalho “O movimento constitutivo do currículo da educação profissional integrado à educação de jovens e adultos: uma proposta emancipatória no Instituto Federal de Brasília Campus Gama”, de Márcia Castilho de Sales que foi defendida em 2018, o qual objetivou compreender e analisar a constituição/implementação de uma proposta de currículo integrado no IFB, Campus Gama. Este inventariou o percurso de proposição de implantação de Cursos Técnicos Integrados no Distrito Federal, com base na concepção emancipatória de currículo integrado.

Por meio deste processo, a autora constatou a premente necessidade de visibilização a qual integra a EPT de jovens e adultos aos sujeitos individuais e coletivos. Promovendo a construção coletiva como indispensável ao projeto político-pedagógico, assim como um movimento prático de constituição dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) numa perspectiva histórico-cultural de base marxista.

A Dissertação “Educação e Cidadania como direitos fundamentais: reflexões sobre a formação para a cidadania no IFCE, Campus Cedro” de José Augusto de Araújo Filho (2018), pontuou o exercício da cidadania como uma das finalidades da educação. Ressalta-se que a abordagem sobre cidadania acontece nos Cursos Técnicos Integrados em Mecânica, Eletrotécnica e Informática do IFCE, Cedro, não existindo um componente curricular específico acerca do tema.

Suas considerações finais destacam que as discussões sobre cidadania, em seus múltiplos aspectos e formas diversas, têm sido realizadas nos centros de saber formal. Assim,

reitera-se que as atividades realizadas no campus contribuíram para desenvolver relações mais profícuas de cidadania, levando-os a conscientização acerca das responsabilidades coletivas.

“Formação profissional da pessoa com deficiência: uma experiência da Escola Técnica Federal de Sergipe”, de José Adelmo Menezes de Oliveira (2018), buscou apresentar o processo de implementação das ações de formação profissional da pessoa com deficiência e sua influência sobre a cultura escolar da Escola Técnica Federal de Sergipe/Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe, entre 2001 e 2007.

Como desfecho, as considerações finais elidem que até o advento das ações TEC NEP, as quais promovem a inclusão, a Rede Federal mantinha um índice muito baixo de matrícula de estudantes com deficiência. No entanto, com o programa TEC NEP as estratégias de acessibilidade curriculares realizadas eram a única forma possível para mitigar o fracasso e a evasão dos estudantes com deficiência. Assim, as estratégias que possibilitaram o acesso dos estudantes com deficiência aos conteúdos e, constituíram-se no caminho possível contra a evasão e a reprovação, em meio a uma cultura escolar voltada para a eficiência e para a competitividade.

A Dissertação “O processo de inclusão/exclusão sob o olhar dos alunos que ingressaram no IFSUL – Campus Pelotas através da isenção da taxa de inscrição do processo Seletivo (2008 2011)” de Sonia Amara Pereira, de Fabres (2013), pretendeu investigar o processo de inclusão/exclusão dos estudantes isentos da taxa de inscrição do processo seletivo do IFSUL – Campus Pelotas, os quais ingressaram a partir do ano de 2008 e estavam matriculados no término do ano letivo de 2011.

A pesquisa se justificou pela identificação de um índice bastante significativo na evasão e reprovação desses estudantes, além da constatação de sua total invisibilidade, sendo desconhecido seu percurso acadêmico, suas dificuldades e suas necessidades dentro do âmbito escolar.

Concluiu-se que as ações oriundas do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e programas de inclusão devem permanecer auxiliando os estudantes, determinando a promoção da democratização da educação e tendo como prioridade oportunizar igualdades.

Não menos oportuna é a Dissertação nomeada “Política institucional de educação inclusiva de adultos com deficiência no IFSUL Pelotas”, de Sílvia Ana Crochemore Bettin (2009), a qual realizou um estudo de caso, intentando configurar o processo de inclusão de estudantes

comm deficiência que ocorre no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense (IFSUL), Campus Pelotas.

Constatou-se que o IFSUL vem promovendo a inclusão escolar de estudantes com deficiência de forma sistemática, valendo-se de aportes educacionais e legais disponíveis para o planejamento e implementação desse processo, o qual se configura por avanços significativos, a par de suas dificuldades e desafios.

O trabalho “Gênero e diversidade sexual: as experiências de estudantes LGBTI+ na educação profissionais e os desafios no mundo do trabalho”, de Johana de Angelis Cavalcanti de Moraes, defendido em 2020, retrata narrativas de estudantes da educação profissionais e tecnológica as quais refletem o momento de inclusão e afirmação de direitos e as questões de gênero.

Este trabalho discutiu como criar possibilidades de inclusão e respeito a todos os educandos independentemente de suas escolhas particulares. Concluiu que apesar de avanços nesta seara, muito ainda tem-se que evoluir e que é tarefa singular da educação em Direitos Humanos garantir efetividade de direitos sem exclusões e /ou preconceitos.

“Educação básica e educação profissional do trabalhador jovem e adulto: desafios da integração”, de Marcelina Teruko Fuji Maschio, defendida 2011, esquadrinhou o programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a educação básica na modalidade PROEJA sob o ponto de vista daqueles que participam de sua implementação na RFEPCT, a partir do programa da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação e Cultura. Para tanto, foram utilizados pesquisas documentais, entrevistas, questionários e grupo focal.

As considerações finais destacaram que, embora a essência do PROEJA seja a integração de todas as dimensões da formação, a formação omnilateral e o trabalho como princípio educativo, há uma falta de percepção dessa integração, mesmo quando o discurso afirma o contrário. Isso ocorre apesar de a educação integrada estar presente nos princípios e concepções contidos no Documento Base do PROEJA.

Refere, ainda, que a presença da educação integrada no texto legal não garante sua implementação nem confere legitimidade a ela. Apesar dos esforços, o PROEJA ainda é incipiente, tanto no que se refere ao entendimento do que é ensino integrado – para que não seja

visto como mera justaposição ou soma de partes, sequência ou junção – quanto ao desafio de efetivamente integrar, a fim de proporcionar uma formação para a vida direcionada aos trabalhadores jovens e adultos que já foram excluídos uma vez da escola, para que não sejam novamente excluídos.

A tese intitulada “Implicações do ensino médio integrado para a formação do trabalhador: uma análise IFMA Campus Monte Castelo”, de Elinete Maria Pinto Pedrosa, defendida em 2013, objetivou estudar o curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio. Para tal, investigou os desafios e as perspectivas para o cumprimento dos objetivos de formação integrada e que implicações estas têm trazido para a formação geral do trabalhador.

Como conclusão, frisou a importância e a necessidade da articulação do binômio trabalho/educação como possibilidade de uma sociedade mais justa e igualitária. Entendendo que a educação é a atualização histórico-cultural dos indivíduos, é necessário que a escola trabalhe para a formação de cidadãos atualizados, capazes de participar política e ativamente da transformação social.

A Dissertação nomeada “Educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação de jovens e adultos: uma reflexão sobre a prática pedagógica docente”, de Tayna Bento de Souza Duarte, defendida em 2019, objetivou contribuir com a prática pedagógica docente na Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade de EJA por meio de reflexão e de diálogo com os diferentes saberes e especificidades da oferta, servindo a criar sentidos a prática pedagógica.

A metodologia da problematização, chamado Método do Arco de Maguerez, buscou estabelecer uma relação entre as concepções e princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade EJA, desenvolvida no PROEJA e a prática docente, no sentido de implementar um processo formativo como um espaço para vivências práticas crítico-reflexivo em um contexto coletivo e participativo.

“Os processos de acesso e permanência nos cursos PROEJA do IFRJ: entre percalços, demandas e potencialidades”, de Jupter Martins de Abreu Júnior, de 2017, teve como propósito compreender os fatores que dificultam ou favorecem o acesso e a permanência dos estudantes nos cursos do programa PROEJA do Instituto Federal do Rio de Janeiro, a partir da recontextualização da política na prática, sob as influências dos textos de diretrizes e de estratégias políticas relacionadas ao programa.

Diante deste desafio, verificou-se que as estratégias de favorecimento dos processos de acesso e permanência precisam superar as culturas já estabelecidas na instituição, visando fomentar compreensões que induzam para novas práticas. Apontou-se, ainda, a necessidade de um ambiente escolar que valorize não apenas a dimensão cognitiva dos jovens e adultos trabalhadores mas, também, as experiências de vida e profissional destes, potencializando seu reconhecimento social.

A pesquisa intitulada “O PROEJA no IFPB Campus João Pessoa: um estudo sobre o acesso e a permanência do alunado” de Zoraida Almeida de Andrade de Arruda (2012), teve como mote um estudo sobre o acesso e a permanência dos estudantes no curso Técnico em Eventos do PROEJA, no Instituto Federal da Paraíba, Campus João Pessoa. Constatou-se que o PROEJA, pelas características do público atendido, enfrenta desafios para superar a evasão escolar. Busca, ainda, garantir as condições de permanência e sucesso do estudante, para que o mesmo possa usufruir de um direito que lhe foi negado: o direito à educação. Assim, o PROEJA configura-se como uma proposta inovadora de formação de jovens e adultos, a qual deve ser efetivada na vida prática.

A tese “Práticas educativas dialógicas como re-conceituar a educação de jovens e adultos”, de Darinêz de Lima Conceição (2016), versou sobre a temática da EJA integrada à EPT desenvolvida no campo, através do curso Técnico em Agropecuária. Para tanto, analisou o Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e adultos (PROEJA), desenvolvido no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, no período de 2009 a 2012.

Infelizmente, a pesquisa constatou que persistem descasos referentes ao atendimento de jovens e adultos que vivem no campo, principalmente quando relacionados a etapa de ensino integrada a EPT. Observou-se uma discrepância entre aparato normativo e a oferta de cursos que valorizem a identidade local, a dinâmica social e cultural dos sujeitos que vivem no e do campo.

Por seu turno, a Dissertação “A opinião dos alunos sobre o ensino médio integrado em Administração do Instituto Federal de São Paulo/ Campus Suzano”, de Maria Aparecida Bueno Ferreira (2019) destaca-se por seu escopo de pesquisar o Ensino Médio Integrado ao Técnico, no qual creditasse a possibilidade de uma formação integral aos educandos, pleiteando os aspectos físico, social, cultural, científico e tecnológico.

A pesquisa analisou a opinião dos estudantes do segundo ano do curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus de Suzano. A pesquisa concluiu que a maioria dos estudantes opinou favoravelmente em relação ao curso, e estrutura do Campus, almejando continuar o curso, apesar de queixar-se pela extensão das horas de curso.

Ainda, referente a Instituição verificou-se que a criação do Instituto Federal é uma evolução na qualidade de Ensino Médio Integrado, resultando em pontos positivos, tais como: estrutura física, qualificação dos professores, todavia, ainda carece de melhor adequação curricular as necessidades dos estudantes e exigências profissionais.

A pesquisa “A política de EJA EPT no CTISM: um estudo sobre as transformações vivenciadas na e para além da pandemia” de Shirley Bernardes Winter (2021), retrata um momento ímpar e recente na trajetória educacional brasileira. Este estudo analisou as transformações vivenciadas pelos trabalhadores e estudantes que acessam a política de EJA e Ensino Profissional Técnico no Colégio Técnico Industrial da Universidade Federal de Santa Maria (CTISM-UFSM) do Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 2019-2021, no curso de Eletromecânica.

A ilação demonstrou que a pandemia impactou profundamente a vida de todos os brasileiros. No concernente a educação formal, o isolamento social exigiu adaptações no processo pedagógico. Destacou, ainda, que as transformações operam em três eixos: pessoal, profissional e, sobretudo, no cognitivo dos estudantes. Reconheceu que a interlocução entre os grupos professores e estudantes foi de suma relevância a superação dos desafios impostos pela pandemia.

A Dissertação “O PROEJA Ensino médio no IFRN, Campus Caicó: causa da desistência e motivos de permanência”, de Débora Suzane de Araujo Faria (2014), reproduziu as causas de desistência e os motivos da permanência de estudantes no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na modalidade de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Campus de Caicó.

A força do resultado desta pesquisa reside na certeza de que a concepção de formação humana do PROEJA, passa pela integração das relações de trabalho e educação. Essa dimensão implica que as categorias trabalho, ciência, tecnologia e culturas são indissociáveis na formação humana.

Por fim, a guisa de conclusão, reitera a necessidade de considerar as realidades específicas da vida dos estudantes, suas dificuldades de permanecer na escola e fatores socioeconômicos de entrave. Assim, defende a construção de uma identidade singular, em que educandos e educadores precisam se reconhecer parte integrante deste programa para promover um lugar de pertencimento o qual cativa esses atores.

A Dissertação “Estudantes surdos no PROEJA: o que nos contam as narrativas sobre os seus percursos”, de Aline de Menezes Bregonci (2012), problematiza os caminhos trilhados pelos estudantes surdos jovens e adultos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), no PROEJA.

Narrou que o processo de inclusão dos estudantes surdos no IFES tem trazidos contribuições a este grupo particular, todavia, ainda não são suficientes para sanar as questões referentes a acessibilidade e a formação dos sujeitos surdos.

Destacou que a presença de estudantes surdos corrobora com a circulação de conhecimento entre os educandos, os quais constroem dialogicamente, os processos de aprendizagem. Afirma, ainda, a importância da formação de professores acerca da singularidade linguística do educando surdo, não só para a comunicação, bem como para a preparação das aulas e avaliações.

Enfim, após elencar as pesquisas encontradas, resta factível que a produção acadêmica tem procurado anunciar novos olhares, mais singulares e complexos, retratando a realidade educacional brasileira, tendo como princípio teórico basilar a dignidade humana, a inclusão e a não discriminação como regras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o objetivo deste estudo é catalogar o que dizem as pesquisas realizadas na Pós-Graduação *Stricto Sensu* brasileira acerca dos Direitos Humanos nos Cursos Técnicos de Nível Médio entre os anos de 2008 a 2022, destaca-se trabalhos que retrataram pesquisas e experiências oriundas de Cursos Técnicos Integrados e PROEJA, reverberando a importância e excelência dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na preocupação com a promoção de uma educação humana e integral.

Registra-se, também, a relevância e destaque de pesquisadoras vinculadas a Universidades Federais, cujos trabalhos de Mestrado e Doutorado demonstraram como os institutos de saber dialogam e promovem os Direitos Humanos e por conseguinte a dignidade humana em suas unidades educacionais.

Assim, frente aos desafios contemporâneos, persiste a tarefa de educar e educar-se para o convívio social baseado no respeito e responsabilidade para com as diferenças. Enfim, deve-se buscar caminhos de reencontro com a nossa humanidade “amor mundi”, garantindo a igualdade na diversidade. E, assim, amar na *práxis*, o humano finito, limitado, capaz de grandezas e sordidez. Lembrando, por fim que a alteridade e a incompletude constituí a todos.

Conclui-se, ressaltando a relevância da temática dos Direitos Humanos a qual pugna-se que seja incluída como componente curricular dos variados níveis de ensino e cursos nacionais. Tendo em vista que a educação em Direitos Humanos promove uma educação plural, inclusiva e democrática.

REFERÊNCIAS

- ABREU JUNIOR, J. M. de. **Os processos de acesso e permanência nos cursos PROEJA do IFRJ:** entre percalços, demandas e potencialidades, 2017. Tese. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/10448>. Acesso em: 13 jun. 2022.
- ARAÚJO FILHO, J. A. de. **Educação e Cidadania como direitos fundamentais:** reflexões sobre a formação para a cidadania no IFCE, Campus Cedro, 2018. Dissertação. Disponível em: <http://dspace.est.edu.br:8080/xmlui/handle/BR-SIFE/960>. Acesso em: 13 jun. 2022.
- ARRUDA, Z. A. de A. **O PROEJA no IFPB Campus João Pessoa:** um estudo sobre o acesso e a permanência do alunado, 2012. Dissertação. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4741?locale=pt_BR. Acesso em: 13 jun. 2022.
- BARRETO, V. de P. **O fetiche dos direitos humanos e outros temas.** Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2010.
- BETTIN, S. A. C. *Política Institucional de Educação Inclusiva de adultos com deficiência no IFSUL.* Pelotas, 2009.
- BRAGATO, F. F. **Por uma compreensão do sentido dos direitos humanos,** 2006. Disponível em <http://www.controversia.unisinos.br/index.php?a=60&e=4&s=9>. Acesso em: 20 mai. 2022.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 mai. de 2022.
- BRASIL. **Lei 11.892.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 20 de mai. 2022.

BREGONCI, A. de M. **Estudantes surdos no PROEJA**: o que nos contam as narrativas sobre os seus percursos, 2012. Dissertação. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/6019>. Acesso em: 13. jun. 2022.

CONCEIÇÃO, D. de L. **Práticas educativas dialógicas como re-conceituar a Educação de Jovens e Adultos**, 2016. Tese. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8401>. Acesso em: 13 jun. 2022.

DANTAS, A. C. de L. **Dignidade da pessoa humana: PROEJA IFRJ e direito à educação**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018, Tese. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/10477>. Acesso em: 13 jun. 2022.

DUARTE, T. de S. **Educação Profissional técnica de nível médio na modalidade de educação de jovens e adultos: uma reflexão sobre a prática pedagógica docente**, 2019. Dissertação. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/21810?locale=pt_BR. Acesso em: 13 jun. 2022.

FARIA, D. S. de A. **O PROEJA Ensino médio no IFRN, Campus Caicó: causa da desistência e motivos de permanência**, 2014. Dissertação. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_d4c9eadb32948daa34961ebcbbb857be. Acesso em: 13 jun. 2022.

FEBRES, S. A. P. **O processo de inclusão/exclusão sob o olhar dos alunos que ingressaram no IFSUL - Campus Pelotas através da isenção da taxa de inscrição do processo Seletivo (2008 2011)**, 2013. Dissertação. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCPe_e6b491692189466706a981c0a416a6a6. Acesso em: 13 jun. 2022.

FERREIRA, M. A. B. **A opinião dos alunos sobre o ensino médio integrado em Administração do Instituto Federal de São Paulo/ Campus Suzano**, 2019. Dissertação. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22926>. Acesso em: 12 jun. 2022.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

KANT, E. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos**: texto integral. São Paulo: Martins Claret, 2006.

MASCHIO, M. T. F. **Educação básica e educação profissional do trabalhador jovem e adulto: desafios da integração**, 2011. Tese. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/104818>. Acesso em: 13 jun. 2022.

MARTINS, J. B. **Dignidade da Pessoa Humana: Princípio Constitucional Fundamental**. 1ªed., 4ª tir. Curitiba: Juruá: 2006.

MORAIS, J. de A. Cavalcanti de. **Gênero e diversidade sexual: as experiências de estudantes LGBTI+ na educação profissional e os desafios no mundo do trabalho**, 2020. Dissertação.

Disponível em: <https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/261>. Acesso em: 13 jun, 2022.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, J. A. M. de. **Formação Profissional da Pessoa com Deficiência**: uma experiência da Escola Técnica Federal de Sergipe, 2018. Tese. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/11529>. Acesso em: 13 jun. 2022.

PEDROSA, E. M. P. **Implicações do ensino médio integrado para a formação do trabalhador**: uma análise IFMA Campus Monte Castelo. Universidade Federal do Maranhão 2013. Dissertação. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMA_d89fe1a68a6c86d99755d3155b8dd8d7. Acesso em: 13 jun. 2022.

PERINNI, S. **Do Direito à Educação**: o núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas e a inclusão escolar no IFES, 2017. Tese. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/6848>. Acesso em: 13 jun, 2022.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SÁ, N. M. **Educação em Direitos Humanos no olhar do corpo discente de nível médio do IFPI – Campus Teresina Central**, 2014. Dissertação. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4022>. Acesso em: 13 jun. 2022.

SALES, M. C. de. **O movimento constitutivo do currículo da educação profissional integrado à educação de jovens e adultos**: uma proposta emancipatória no IFB Campus Gama, 2018. Tese. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34506>. Acesso em: 13 jun. 2022.

VALENTE, M. J. C. **A atualidade da educação em direitos humanos para uma formação cidadã na educação profissional e tecnológica**. Universidade Federal de Santa Maria, 2021, Dissertação. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/22290>. Acesso em: 13 jun. 2022.

WINTER, S. B. **A política de EJA EPT no CTISM**: um estudo sobre as transformações vivenciadas na e para além da pandemia, 2021. Tese. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23549>. Acesso em: 13 jun. 2022.

Recebido em: *Abril/2023*.

Aprovado em: *Junho/2023*.